

JOSAPAR Joaquim Oliveira S/A Participações

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 30 de setembro de 2019 e 2018.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A companhia atua diretamente na pesquisa, produção, industrialização e comercialização de alimentos, cereais, sementes e fertilizantes, na importação e exportação, beneficiamento, distribuição e participação em outras sociedades. Complementam as atividades da controladora através de sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS S.A., a administração de imóveis e comércio imobiliário.

A emissão dessas informações demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foi autorizada pela Administração, em 12 de novembro de 2019.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia, foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais do relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelas disposições contidas na Lei de Sociedades por Ações.

Nas demonstrações consolidadas foram incluídas as seguintes empresas:

- Real Empreendimentos S/A – (direta)
- Josapar Internacional – (direta)
- Copérnico – (indireta)
- Empresa Pelotense de Shopping Centers Ltda – (indireta)
- Real Rio Grande Ltda – (indireta)
- Shopping João Pessoa S/A – (indireta)

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas estão registradas em obediência ao regime contábil de competência.

As receitas provenientes da venda de bens são reconhecidas quando ocorre a transferência dos riscos e benefícios significativos da propriedade das mercadorias ao comprador e é provável que se receba o previamente acordado mediante pagamento. Estes critérios são considerados cumpridos quando as mercadorias são entregues ao comprador e conforme a satisfação do cliente, em linha com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e são de liquidez imediata. Para que um investimento financeiro seja qualificado como equivalente de caixa, precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento original de curto prazo, de três meses ou menos da data da aquisição.

c) Ativos e Passivos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Tais instrumentos financeiros (desde que não reconhecidos pelo valor justo através de resultado) são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Apresentados ao valor de custo, inferior ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações cambiais auferidos, combinado com os seguintes aspectos:

- A provisão para riscos de crédito foi calculada com base nas perdas estimadas nos montantes demonstrados na nota explicativa nº 5, que inclui saldos de clientes com processo de falência decretada, concordatários com previsão de desfecho desfavorável e clientes com títulos protestados e sem garantia real.
- As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, com prazos médios em torno de 65 dias.
- Outros ativos não circulantes são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, enquanto aplicável e classificados como ativos patrimoniais financeiros.

d) Estoques

Os estoques da controladora são demonstrados ao custo médio de aquisição ou produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização, à exceção dos estoques em poder de terceiros e matérias-primas que estão ajustados ao preço de mercado. Os estoques da controlada REAL EMPREENDIMENTOS estão divulgados ao valor justo.

e) Imobilizado e intangível

Imobilizado: reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou construção, reavaliado e corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, foram ajustados pelo valor justo devidamente contabilizado, menos qualquer depreciação acumulada subsequente, com base em laudo de avaliação feito por um avaliador independente. Os efeitos de mais valia são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido, já descontados os valores dos tributos diferidos (imposto de renda e contribuição social – 34%).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis para os quais a data de início para a capitalização seja 1º de janeiro de 2009 ou data posterior a esta.

A depreciação do imobilizado, pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa nº10, que levam em consideração a vida útil econômica dos bens e é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Ativos intangíveis: adquiridos são reconhecidos inicialmente ao custo e posteriormente amortizados linearmente durante sua vida útil econômica.

A Companhia decidiu manter o saldo da reserva de reavaliação até a sua completa realização, conforme facultado pela instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008, art. 4º.

O imobilizado e outros ativos não circulantes, e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, conforme disposições contábeis vigentes.

f) Investimentos

Investimentos em empresas controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado da avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional ou, quando decorrente de reavaliação ou do ajuste do custo atribuído do bem, uma conta de ajuste de avaliação patrimonial reflexa, cuja realização ocorre proporcionalmente à da controlada por meio da depreciação ou baixa dos ativos que originou.

As propriedades para investimento estão representadas por imóveis pertencentes às controladas, avaliados ao valor justo, cujas variações são registradas em contrapartida ao resultado do exercício.

A partir de 2014, as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas às demonstrações financeiras individuais não diferem do IFRS aplicável as demonstrações financeiras separadas, uma vez que o Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs") passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas (conforme deliberação CVM nº 733/14). Dessa forma, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

g) Demais passivos circulantes e não circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social

Na controladora estão calculados com base no lucro real e na controlada com base no lucro presumido, sendo o Imposto de Renda à alíquota de 15% e 10% de adicional e Contribuição Social de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, são reconhecidos no ativo circulante para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

i) Utilização de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis requer que a Administração faça estimativa e suposições que afetam os valores apresentados nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas. Os resultados efetivos destas estimativas poderão ser diferentes de tais estimativas.

Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem, entre outros, o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, provisão para crédito de liquidação duvidosa, provisão para desvalorização de estoques, imposto de renda diferido ativo e passivo, provisão para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e as premissas pelo menos trimestralmente.

j) Provisões para contingências

A Companhia constitui provisão integral para perdas com causas estimadas pelos seus consultores jurídicos como de perda provável.

k) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as demonstrações financeiras da Companhia e das sociedades controladas indicadas na nota explicativa nº 2, e foram elaboradas com base nas normas de consolidação de balanços, NBC TG 36 - Demonstrações consolidadas, em conformidade com os seguintes principais aspectos:

- A Companhia e suas sociedades controladas adotam práticas contábeis uniformes para registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais.
- Os saldos de operações entre as empresas consolidadas estão devidamente eliminados, bem como as participações recíprocas, e estão excluídos do patrimônio líquido e da participação dos acionistas controladores.
- As participações de acionistas não controladores, estão classificadas no patrimônio líquido na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

l) Moeda

Transações em moeda estrangeira são convertidas para reais, moeda funcional da Companhia e suas controladas, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

m) Novas normas e interpretações

Em 2018 foi publicada a norma IFRS 16 (CPC 06 R2) – Arrendamento mercantil, a qual é aplicável prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer como ativo ou passivo todos os contratos de arrendamento existentes. A menos que o contrato possua um prazo igual ou menor que doze meses ou um valor imaterial. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos, e concluíram que não havia impacto nas suas demonstrações financeiras em 1º de janeiro de 2019. Entretanto, foi identificado contrato de arrendamento operacional da unidade de Recife/PE, com validade a partir de 1º de abril de 2019.

4. GESTÃO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações da companhia e suas controladas as expõem a alguns riscos financeiros e de mercado, cuja gestão é realizada por um grupo de planejamento estratégico que segue políticas previamente estabelecidas no sentido de proteger sua integridade financeira e operacional.

Riscos cambiais decorrentes de operações de compra e venda no mercado externo estão completamente atrelados a prazos e volumes que se equivalem, o que forma uma proteção natural para eventuais variações futuras.

Riscos de mercado são administrados pelo planejamento de compras, onde se toma por base o nível de preço dos insumos que viabiliza a comercialização das mercadorias no mercado local dentro dos padrões de margem de lucro esperados e os prazos de entrega prováveis.

As políticas de vendas e concessão de crédito da companhia estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. O prazo médio de recebimento no trimestre foi de 65 dias e a perda reconhecida foi de 0,03% sobre o faturamento no período.

Os empréstimos são contratados a taxas pré-fixadas e expõem a companhia ao risco de valor justo associado à variação da taxa de juros. Este risco é administrado pela manutenção de equivalentes financeiros, formando um hedge natural composto por ativos financeiros indexados às mesmas taxas, estoques, clientes e outros recebíveis.

Em atendimento a instrução normativa CVM nº550/08 a companhia e sua controlada procederam a uma análise de seus ativos e passivos financeiros em relação a valores de mercado (Impairment).

O método de avaliação dos principais ativos e passivos expostos a variações financeiras está descrito na nota explicativa nº 3, sendo que seus saldos no balanço patrimonial representam substancialmente os seus valores de realização e de liquidação.

O endividamento e o resultado das operações são afetados pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano e UMBNDES). O quadro abaixo demonstra a exposição cambial líquida da companhia, em reais:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Ativos	8.254	7.680	8.254	7.680
Aplicações financeiras/disponibilidades	16.400	12.299	16.400	12.299
Contas a receber de clientes	24.654	19.979	24.654	19.979
Investimentos	(284)	(368)	(284)	(368)
Empréstimos e financiamentos	(42.273)	(17.376)	(42.273)	(17.376)
	(42.557)	(17.744)	(42.557)	(17.744)
Exposição ativa líquida	(17.903)	2.235	(17.903)	2.235

Instrumentos financeiros derivativos

A companhia tem como regra geral a não contratação de linhas de crédito em moeda estrangeira, de forma a não ficar sujeita ao risco de flutuação do mercado de câmbio, financiando majoritariamente sua operação por linhas de crédito em moeda nacional, taxas pré-fixadas ou pós-fixadas por indexadores brasileiros (CDI, TJLP e TLP) mais spread bancário.

Frente à oportunidade de financiamento com menores custos de captação mediante repasse de recursos externos por instituições financeiras brasileiras, a companhia contratou financiamentos em moeda estrangeira regulados pela Resolução 3.844/10 do Banco Central do Brasil e pelas Leis 4.131/62 e 11.371/2006. Em linha com sua política interna todos esses empréstimos foram objeto de contratos de swap e convertidos em moeda corrente nacionais remunerados a taxa de juros baseadas na variação do CDI de forma imediata e simultânea a cada contratação.

Esses contratos de swap têm a finalidade de proteção patrimonial, não objetivam ganho ou perda pela variação do mercado cambial e são utilizados como ferramenta de gerenciamento de riscos, permitindo que a companhia permaneça limitada ao risco definido por sua política interna, a taxa de juros brasileira.

O efeito da realização dos contratos de swap e dos contratos em moeda estrangeira é nulo, uma vez que protegem integralmente a variação cambial no decorrer de suas respectivas vigências.

Análises de sensibilidade da Companhia perante ao risco assumido pelas políticas internas - taxa de juros brasileira.

Quadro demonstrativo de Análise de sensibilidade base 30.09.2019 em R\$:

					Cenários		
Risco: alta do CDI	CDI set19	5,50%	aa		Provável (I)	Cenário (II)	Cenário (III)
					manutenção	> 25%	> 50%
Efeito simulado até a data de vencimento de cada contrato		5,50%			5,50%	6,88%	8,25%
					CDI aa	CDI aa	CDI aa
Data base	Valor	spread	index	vencimento			
30.09.2019	R\$177.012	diversos	CDI	diversos	R\$191.354	R\$194.156	R\$196.969
	Efeito aumento CDI até o vencimento de cada contrato				R\$ -	R\$2.802	R\$5.615

O critério utilizado para as variações atribuídas aos cenários II e III segue a recomendação do Art. 3º § 2º da Instrução CVM 475/08.

Os efeitos relacionados acima majoram diretamente as despesas financeiras, reduzindo, após o cômputo dos efeitos fiscais aplicáveis, o resultado e na sequência a conta de lucros acumulados.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Clientes mercado interno	192.101	228.508	221.331	256.438
Clientes mercado externo	16.400	12.299	16.400	12.299
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(6.004)	(6.078)	(9.858)	(9.932)
Total	202.497	234.729	227.873	258.805

6. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Adiantamento a fornecedores de arroz	134.581	149.572	134.581	149.572
Adiantamento a fornecedores diversos	17.134	5.860	17.134	5.860
Total	151.715	155.432	151.715	155.432

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Produtos acabados e semi-elaborados	72.583	64.647	72.583	64.647
Mercadorias para revenda	2.775	3.822	2.775	3.822
Matérias - primas	158.578	116.683	158.578	116.683
Outros	10.122	8.465	10.122	8.465
Imóveis	-	-	32.717	33.450
Total	244.058	193.617	276.775	227.067

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
ATIVO CIRCULANTE				
PIS e COFINS	57.755	57.281	57.755	57.281
IRPJ/CSLL Saldo de declaração	17.586	14.954	17.766	15.152
INSS	557	433	557	433
ICMS	5.139	5.420	5.139	5.420
Refis Lei 11.941/09 (não consolidado)	6.102	3.186	6.102	3.186
Total	87.139	81.274	87.319	81.472
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
PIS, COFINS e ICMS s/ Imobilizado	1.384	993	1.384	993
FINSOCIAL	1.575	1.575	1.575	1.575
IRPJ e CSLL discussão judicial	2.236	2.236	2.236	2.236
PIS E COFINS	75.248	-	75.248	-
Outros créditos	229	229	229	229
Total	80.672	5.033	80.672	5.033

Os créditos de PIS e COFINS no ativo circulante são oriundos de compras no mercado interno, os quais estão sendo utilizados na compensação de outros tributos federais. Os registrados no ativo não circulante referem-se ao ganho com processo transitado em julgado para exclusão de ICMS da base de cálculo PIS /COFINS, os quais serão realizados futuramente.

O valor do REFIS, refere-se a parcelas pagas na modalidade da Lei.11.941/09, que em 30.09.2019, perfazem um crédito, por estar pendente de consolidação.

Os demais saldos referem-se ao aproveitamento ICMS, PIS e COFINS nas aquisições do ativo imobilizado, saldos negativos de IRPJ e CSLL, e outros créditos usuais da operação.

A administração da companhia vem compensando os créditos tributários, com os débitos das operações normais da companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Informações sobre controlada

	Número de ações	Participação capital social (%)	Patrimônio líquido	Capital social	Lucro líquido	Equivalência Patrimonial
Real Empreendimentos S.A	185.740	54,7507	390.564	49.500	10.932	5.985
Josapar Internacional	50	100	256	208	-	-

b) Composição dos investimentos

	Real Empreendimentos				Propriedades p/ investimentos		
	Real Empreendimentos	Josapar Internacional	Outros	TOTAL	investimentos	Outros	TOTAL
Em 31 de dezembro de 2018	208.087	238	490	208.815	308.466	1.537	310.003
Reflexo ajustes em controladas	100	18	-	118	-	-	-
Dividendos a receber	(335)	-	-	(335)	-	-	-
Equivalência Patrimonial	5.985	-	-	5.985	-	-	-
Propriedades p. Investimentos	-	-	-	-	(226)	(44)	(270)
Em 30 de setembro de 2019	213.837	256	490	214.583	308.240	1.493	309.733

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Controladora	Bens de							Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção			
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	-	312	71.834	9.014	17.801		235.012
Adições	4	-	-	-	1.957	10.213	310		12.484
Baixas	(993)	(718)	-	-	(509)	(1)	-		(2.221)
Transferências	-	203	-	11	2.109	(4.290)	1.967		-
Depreciação	-	(2.889)	-	(59)	(8.437)	-	(3.130)		(14.515)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	-	264	66.954	14.936	16.948		230.760
Adições	33	15	3.199	173	879	6.707	521		11.527
Baixas	-	-	-	(90)	-	-	(34)		(124)
Transferências	-	-	-	-	2.786	(3.327)	541		-
Depreciação	-	(2.160)	(622)	(39)	(6.440)	-	(1.957)		(11.218)
Valor residual em 30 de setembro de 2019	25.886	103.660	2.577	308	64.179	18.316	16.019		230.945

Consolidado	Bens de							Móveis e utensílios, instalações e outros	Total
	Imóveis terrenos	Imóveis prédios	Direito de Uso	Veículos	Maquinas e Equipamentos	Ativos em construção			
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	26.842	109.209	-	1.079	72.266	9.636	18.224		237.256
Adições	4	-	-	-	1.979	10.213	416		12.612
Baixas	(993)	(718)	-	-	(509)	(1)	-		(2.221)
Transferências	-	203	-	11	2.109	(4.290)	1.967		-
Depreciação	-	(2.889)	-	(444)	(8.440)	-	(3.284)		(15.057)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	25.853	105.805	-	646	67.405	15.558	17.323		232.590
Adições	33	15	3.199	173	879	6.707	579		11.585
Baixas	-	-	-	(90)	-	-	(34)		(124)
Transferências	-	-	-	-	2.786	(3.327)	541		-
Depreciação	-	(2.160)	(622)	(250)	(6.443)	-	(2.064)		(11.539)
Valor residual em 30 de setembro de 2019	25.886	103.660	2.577	479	64.627	18.938	16.345		232.512

O saldo de intangíveis está composto da seguinte forma:

	Controladora			Consolidado		
	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total	Marcas, patentes e direitos de uso	Softwares	Total
Valor residual em 31 de dezembro de 2017	1.826	44	1.870	1.861	44	1.905
Adições	-	102	102	-	102	102
Depreciação	-	(25)	(25)	-	(25)	(25)
Valor residual em 31 de dezembro de 2018	1.826	121	1.947	1.861	121	1.982
Adições	-	41	41	-	41	41
Depreciação	-	(41)	(41)	-	(41)	(41)
Valor residual em 30 de setembro de 2019	1.826	121	1.947	1.861	121	1.982

As taxas de depreciação praticadas são as seguintes:

Imóveis prédios	2,8% a.a
Veículos	20 % a.a
Veículos industriais	10% a.a
Máquinas e equipamentos nacionais e importados	6% e 7% a.a
Móveis e utensílios	10% a.a
Instalações e benfeitorias	10% a.a
Sistemas e equipamentos e informática	33% a.a

A realização do ajuste de avaliação patrimonial referente aos NBC TG-27 em 30.09.2019 foi de R\$ 925, empresa e consolidado, em 2018-(R\$2.418, empresa e consolidado). As provisões para Imposto de renda e contribuição social foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas vigentes.

Com a adoção do IFRS 16, a Companhia passou a registrar a partir de 1º de janeiro de 2019, o direito de uso sobre os contratos de arrendamento. Desta forma, as adições do período incluem o valor de R\$ 3.199 referente ao direito de uso arrendado. (Vide detalhes na Nota 12).

11. INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

PASSIVO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda Interna</u>	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Financiamentos para investimentos	6.493	5.387	6.493	5.387
Crédito Rural – recursos livres	210.908	186.615	210.908	186.615
Capital de giro	188.663	182.565	188.663	182.565
Total	406.064	374.567	406.064	374.567
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamentos para investimentos	90	90	90	90
Capital de giro-FINIMP	42.272	17.376	42.272	17.376
Total	42.362	17.466	42.362	17.466
TOTAL DO CIRCULANTE	448.426	392.033	448.426	392.033
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	Controladora		Consolidado	
<u>Moeda Interna</u>	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Financiamentos para investimentos	24.672	22.939	24.672	22.939
Capital de giro	339.184	269.523	339.184	269.523
Crédito Rural – recursos livres	154.864	216.275	154.864	216.275
Total	518.720	508.737	518.720	508.737
<u>Moeda estrangeira</u>				
Financiamentos para investimentos	194	278	194	278
Total	194	278	194	278
TOTAL DO CIRCULANTE	518.914	509.015	518.914	509.015

Vencimentos de longo prazo	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
2020	71.331	374.201	71.331	374.201
2021	252.358	96.918	252.358	96.918
2022	121.248	18.098	121.248	18.098
2023	53.639	14.676	53.639	14.676
2024	15.223	1.669	15.223	1.669
2025	3.453	1.791	3.453	1.791
2026	1.662	1.662	1.662	1.662
TOTAL DO CIRCULANTE	518.914	509.015	518.914	509.015

	Indexador	Taxa	
Investimentos em moeda nacional	Pré-fixado	5,09%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TJLP	5,48%	a.a
Investimentos em moeda nacional	Taxa referencial IPCA	1,32%	a.a
Investimentos em moeda nacional	UMBNDDES	3,30%	a.a
Investimentos em moeda nacional	TLP	2,94%	a.a
Crédito Rural – recursos livres	CDI	1,63%	a.a
Capital de Giro - FINIMP	VC US\$	4,04%	a.a
Capital de Giro	CDI	1,54%	a.a

a) Empréstimos nacionais:

Os financiamentos de investimentos são atualizados de acordo com a variação da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, UMIPCA - Unidade Monetária do IPCA – BNDES e UMBNDES, acrescidas do spread bancário e em taxa pré fixada de 2,5% aa a 8,70% a.a.

Os financiamentos de capital de giro são atualizados pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário acrescido do spread bancário. Os financiamentos em linhas de crédito rural com recursos livres são contratadas em taxas pré-fixadas e pós fixadas – spread sobre CDI. As garantias oferecidas incluem alienação fiduciária e aval.

A companhia possui parte de seu capital de giro contratado em linhas da Resolução 3.844 e Leis 4.131 e 11.371/2006. Na sua origem estas linhas possuem lastro em moeda estrangeira (dólar) e desde sua contratação foram convertidas para a variação do CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

b) Empréstimos no exterior:

Os financiamentos de importação e adiantamentos de contratos de câmbio no passivo circulante equivalem a US\$10.151 mil aos quais incidem encargos equivalentes à variação cambial do dólar norte americano e spread bancário.

12. ARRENDAMENTO MERCANTIL

Levantamento dos contratos vigentes

A Administração identificou os contratos vigentes, substancialmente aqueles contratos de arrendamento mercantil que se encontravam no contexto de arrendamento mercantil operacional (IAS 17/CPC 06), avaliando se contêm ou não contratos de arrendamento ou contratos de prestação de serviço de acordo com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

O resultado apontou os potenciais impactos da aplicação inicial que o CPC 06 (R2) / IFRS 16 teve sobre as demonstrações financeiras da Companhia a partir de 1º de janeiro de 2019.

Arrendamentos em que a Companhia atua como arrendatária

Após avaliação e levantamento dos contratos vigentes a Companhia reconheceu 01 (um) novo ativo relacionado ao contrato de arrendamento vigente para locação do imóvel operacional localizado em Recife-PE.

A natureza das despesas relacionadas a esses contratos de arrendamento mudou, uma vez que a Companhia passou a registrar o direito de uso do ativo como despesa de depreciação, e a remensuração do valor presente das obrigações de arrendamento como despesas financeiras de juros. Anteriormente, a Companhia reconhecia os contratos de arrendamento operacional como uma despesa operacional, e de forma linear, durante o prazo de vigência dos contratos de arrendamento.

Isenções previstas na legislação

Os estudos apontaram a existência de contratos de aluguéis que estão dentro do escopo de isenções da norma, conforme a seguir:

- i) Prazo de vigência menor do que um ano;
- ii) Contratos de baixo valor;
- iii) Contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis;
- iv) Contratos de aluguéis em que a Companhia não possui o controle do ativo; e
- v) Não possuem um prazo determinado.

Os contratos de arrendamento identificados e que estão dentro do escopo de isenção estão representados substancialmente por contratos de veículos, equipamentos eletrônicos e empilhadeiras.

Efeitos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, o mesmo tem um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que sem impacto relevante, conforme análises realizadas.

Com a adoção da norma CPC 06 (R2) / IFRS 16 tivemos os seguintes impactos iniciais:

- Aumento de direito de uso do ativo e passivo de arrendamento;
- Aumento do EBITDA (Resultado operacional); e
- Diminuição do Lucro Líquido (efeito temporário).

Os estudos determinaram o reconhecimento dos seguintes valores a partir de 1º de abril de 2019, data inicial do contrato vigente:

Contas impactadas controladora e Consolidado

	<u>30.09.2019</u>		<u>30.09.2019</u>
Ativo		Passivo	
		Circulante:	
		Contrato de Aluguel	1.092
Não Circulante:		Total Circulante	1.092
		Não circulante:	
Imobilizado		Contrato de Aluguel	1.447
Direito de uso de ativos	2.577	Total Não Circulante	1.447
Total Não Circulante	2.577	Patrimônio Líquido:	
		Resultado do período	38
		Total Patrimônio Líquido	38
Total Ativo	2.577	Total Passivo	2.577

Esses fluxos de pagamentos foram ajustados a valor presente para 1º de abril de 2019, considerando a taxa de desconto praticada pela Companhia na data da contratação. Após estudos preliminares a taxa de desconto ficou definida em 6,50% que corresponde a taxa SELIC.

13. SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Controladora			Consolidado	
	Ativo não Circulante	Passivo não circulante	Dividendos a receber	Ativo não Circulante	Passivo não Circulante
Real Empreendimentos S.A.	2.188	-	13.367	-	-
Peroli S.A. Participações	-	(1.223)	-	1.252	(1.223)
Viannainvest Negócios e Part. Ltda.	393	-	-	1.018	-
Ferragens Vianna S.A.	2.743	-	-	2.743	-
Josainvest Negócios e Part. Ltda.	2.123	-	-	2.123	-
Outros	1.928	-	-	2.591	(1)
Em 31 de dezembro de 2018	9.375	(1.223)	13.367	9.727	(1.224)
Real Empreendimentos S.A.	2.557	-	5.356	-	-
Peroli S.A. Participações	-	(1.597)	-	1.252	(1.597)
Viannainvest Negócios e Part. Ltda.	408	-	-	1.033	-
Ferragens Vianna S.A.	2.786	-	-	2.786	-
Josainvest Negócios e Part. Ltda.	2.202	-	-	2.202	-
Outros	2.068	-	-	2.741	(1)
Em 30 de setembro de 2019	10.021	(1.597)	5.356	10.014	(1.598)

Os saldos com partes relacionadas, não resultam de transações que envolvam atividade operacional da companhia, todos os valores são recuperáveis e não representam risco de perda para a companhia.

Neste período não foi registrado nenhuma provisão para crédito de liquidação duvidosa, e nenhuma despesa decorrente de perda de dívidas incobráveis relacionada aos saldos de operações com partes relacionadas em aberto.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS, TRIBUTÁRIAS E TRIBUTOS DIFERIDOS – NÃO CIRCULANTE

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Tributos s/ deprec. Incentivada	-	6	-	6
IRPJ e CSLL diferidos (*)	4.203	2.951	4.203	2.951
Parcelamentos (**)	39.894	40.928	39.894	40.928
Total	44.097	43.885	44.097	43.885

As provisões para imposto de renda e contribuição social sobre depreciação acelerada incentivada foram constituídas e ajustadas de acordo com as alíquotas previstas na legislação tributária em vigor.

(*) vide nota 15.b

(**) Vide nota 19

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Natureza dos tributos diferidos – Ativo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Contribuição social diferida	11.010	4.142	11.010	4.142
Imposto de renda diferido	28.840	10.278	28.840	10.278
Total	39.850	14.420	39.850	14.420

b) Natureza dos tributos diferidos – Passivo não circulante

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Contribuição social diferida	(1.113)	(781)	(1.113)	(781)
Imposto de renda diferido	(3.090)	(2.170)	(3.090)	(2.170)
Total	(4.203)	(2.951)	(4.203)	(2.951)

c) Composição da despesa tributária

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
<u>Corrente</u>				
Contribuição social	-	(1.161)	(1.509)	(2.299)
Imposto de renda	-	(3.295)	(4.115)	(6.381)
	-	(4.456)	(5.624)	(8.680)
<u>Diferido</u>				
Contribuição social	6.620	(1.334)	6.620	(1.334)
Imposto de renda	17.873	(3.706)	17.873	(3.706)
	24.493	(5.040)	24.493	(5.040)
	24.493	(9.496)	18.869	(13.720)

d) Conciliação do imposto de renda e da contribuição social do exercício

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
Resultado antes da CSLL e do IRPJ	(20.385)	35.244	(9.815)	44.051
Eliminações – ajustes efeito controlada	-	-	4.946	4.583
	(20.385)	35.244	(4.869)	48.634
Despesa tributária pela alíquota oficial (IRPJ – 25%; CSLL – 9%)	6.931	(11.983)	1.655	(16.536)
Exclusões (adições) permanentes	3.726	742	3.726	742
Exclusões (adições) temporárias	14.612	6.686	14.612	6.686
Efeito tributação em controlada	-	-	(348)	329
Outros	(776)	(4.941)	(776)	(4.941)
	24.493	(9.496)	18.869	(13.720)

A companhia reconheceu créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias fundamentadas por projeções orçamentárias aprovadas pela Administração, as quais indicam lucros tributáveis e realizações futuras.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital

O Capital Social é de R\$120.000, subscrito e integralizado e é composto por 10.582.361 ações, sendo 10.450.993 ações ordinárias e 131.368 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

b) Reserva Legal

O saldo de Reserva legal conforme previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404.76, refere-se a 5% do lucro líquido do exercício, limitado a 20% do capital social.

c) Dividendos

O Estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 30% do lucro líquido ajustado do exercício.

Às ações preferenciais é assegurado um dividendo adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido ajustado do exercício.

d) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao registro do ajuste de avaliação patrimonial de bens próprios e de controladas, líquidos dos tributos e realizações. O imposto de renda e a contribuição social diferido foram calculados de acordo com a opção tributária de cada empresa (lucro real ou presumido) e ajustados pelas alíquotas vigentes.

e) Subvenção para Investimentos

A Companhia constituiu reserva referente ao benefício do PRODEPE e crédito presumido de ICMS de acordo com a Lei Complementar 160/2017, no valor de R\$10.638-(30.09.2019) e R\$11.403-(31.12.2018).

17. GASTOS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
<u>Por função:</u>				
Custos dos produtos	(629.998)	(510.905)	(630.748)	(511.609)
Despesas com vendas	(124.779)	(110.339)	(124.779)	(110.339)
Despesas gerais e administrativas	(62.898)	(58.372)	(90.346)	(78.231)
Outras despesas	(17.733)	(2.017)	(17.732)	(1.580)
	<u>(835.408)</u>	<u>(681.633)</u>	<u>(863.605)</u>	<u>(701.759)</u>
	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	30.09.2018	30.09.2019	30.09.2018
<u>Por natureza:</u>				
Depreciações e amortizações	(11.259)	(10.708)	(11.580)	(11.122)
Despesas com pessoal	(67.151)	(64.508)	(74.586)	(73.437)
Matérias primas e materiais	(451.459)	(352.658)	(452.210)	(353.362)
Frete	(78.315)	(63.740)	(78.315)	(63.740)
Outras despesas	(227.224)	(190.019)	(246.914)	(200.098)
	<u>(835.408)</u>	<u>(681.933)</u>	<u>(863.605)</u>	<u>(701.759)</u>

Em 30.09.2019 o montante pago a título de remuneração dos administradores e conselheiros de administração totalizou R\$ 4.543, em 30.09.2018-(R\$6.801), e está registrado nas contas, remuneração da administração e participações, ambas no resultado.

A companhia não efetua remunerações ao pessoal chave da administração para as seguintes categorias: a) benefícios de curto e longo prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e) remuneração baseada em ações.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas mantêm política de contratar cobertura de seguros para os seus ativos sujeitos a riscos e por montantes considerados suficientes para fazer frente a eventuais perdas com sinistros. A Administração determina os valores em risco e os limites máximos de indenização levando em consideração a natureza das atividades, concentração e relevância dos riscos e a eficiência dos mecanismos de proteção e segurança adotados na construção e operação das plantas e instalações da Companhia, seguindo adicionalmente a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas e emissão de opinião sobre a suficiência das coberturas de seguros não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras.

Cobertura	Tipo de cobertura	Ramo	Limites - Total M\$	Vigência
Prédios, equipamentos, estoques e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica.	Incêndio, explosão, queda de aeronave, perda/pagamento de aluguel, vendaval, alagamento danos elétricos, roubo, fermentação própria ou aquecimento espontâneo, equipamentos eletrônicos, impacto de veículos, equipamentos móveis, e Lucros Cessantes decorrente da cobertura Básica. Respeitando as condições gerais da apólice.	Patrimonial – Riscos Nomeados	115.000	Dezembro/2020
Responsabilidade Civil	Estabelecimento industrial, comercial, poluição súbita, empregador, riscos contingentes de veículos, produtos, transporte habitual de empregados, produtos em território nacional, guarda de veículos de terceiros (Incêndio e Roubo), Recall - produtos em território nacional e danos morais. Respeitando as condições gerais da apólice.	RC	10.000	Dezembro/2020
Responsabilidade Civil Administradores	Indenizações, Despesas Processuais e Custos de defesa: (I) Processos Judiciais, incluindo, mas não se limitando às reclamações cíveis, consumeristas, previdenciárias, Criminais; (II) Procedimentos Arbitrais; e (III) Procedimentos Administrativos. Respeitando as coberturas adicionais contratadas e condições gerais da apólice.	RC D&O	10.000	Dezembro/2020
Automóvel frota	Casco, danos materiais e pessoais a terceiros e danos morais.	Automóvel	110% FIPE 1.000 RC	Dezembro/2020
Mercadorias em transporte Nacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Nacional	1.000 cabotagem 400 rodoviário	Abril/2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional IMP	US\$ 3.000.000	Abril/2021
Mercadorias em transporte Internacional	Perda ou dano total ou parcial aos produtos	Transporte Internacional EXP	US\$ 1.000.000	Abril/2021

19. TRIBUTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<u>Passivo circulante</u>				
PRR (FUNRURAL)	3.487	3.487	3.487	3.487
PERT (IRPJ e CSLL)	475	475	475	475
	3.962	3.962	3.962	3.962
<u>Passivo não circulante</u>				
PRR (FUNRURAL)	36.249	37.146	36.249	37.146
PERT (IRPJ e CSLL)	3.645	3.782	3.645	3.782
	39.894	40.928	39.894	40.928
	43.856	44.890	43.856	44.890

A Companhia incluiu débitos no programa de parcelamento Rural-PRR Lei 13.606/2018, que juntamente com PERT Lei 13.496/2017, totalizam o montante dos tributos parcelados. O valor está atualizado e líquido das parcelas pagas.

20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E QUESTINAMENTOS LEGAIS

No desenvolvimento de suas operações, a companhia e suas controladas estão sujeitas a certos riscos, representadas por ações trabalhistas, cíveis e tributárias, as quais estão sendo discutidas nas esferas, administrativa e judicial. Em 30 de setembro de 2019, a administração, com base nas opiniões dos seus consultores legais, de que as perdas são possíveis, mas não prováveis, ou remotas, não procedeu ao registro de provisão para contingências para as referidas ações. A estimativa dos consultores legais para ações com perdas possíveis, mas não prováveis, é de aproximadamente R\$78.000.

A administração da Companhia decidiu, com base na opinião dos seus consultores legais, registrar a provisão para contingências em montante considerado suficiente para as ações e valores cujas perdas foram classificadas como prováveis.

O montante constituído das provisões está sendo apresentado líquido dos depósitos judiciais:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
<u>Passivo Circulante</u>				
Provisão para contingências	12.481	48.156	13.907	49.582
(-) Depósitos judiciais	(2.559)	(2.839)	(3.985)	(4.265)
Provisões líquidas dos depósitos judiciais	9.922	45.317	9.922	45.317

A JOSAPAR e sua controlada REAL EMPREENDIMENTOS sofreram cobrança judicial por parte do Sonae Distribuição do Brasil (sucido por WMS Supermercados do Brasil Ltda.), que em 28 de julho de 2010, foi julgada parcialmente procedente em primeiro grau. Desde então ambas as partes interpuseram recursos em várias instâncias judiciais até que, por conta de desprovimento de agravos junto ao STJ em março de 2019, a administração da Companhia transferiu parte do saldo da provisão para a rubrica de credores diversos - passivo circulante, onde o processo foi liquidado.

A companhia impetrou em 2000 o processo sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. Tal processo obteve sentença favorável por repercussão geral no julgamento do Supremo Tribunal Federal, com acórdão publicado em 02 de outubro de 2017. A companhia, juntamente com seus consultores legais apurou e reconheceu, com base em processo transitado em julgado, ativo no valor de R\$75.248, referente créditos tributários federais a realizar.